

PROJOVEM-TRABALHADOR/SC

MOVIMENTO MIGRATÓRIO, EXPERIÊNCIAS E PRETENSÕES PROFISSIONAIS

PROJOVEM-WORKER/SC: MIGRATORY MOVEMENT, EXPERIENCIES AND PROFESSIONAL
PRETENSIONS

Gilberto Nogara Júnior*

Mestrando em Educação - UFSC | Brasil
E-mail: natvlima@gmail.com

Mariléia Maria da Silva**

Doutora em Educação - UDESC | Brasil
E-mail: marileiamaria@hotmail.com

REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: JUNIOR, G. N. SILVA, M. M. Projovem-trabalhador/SC: movimento migratório, experiências e pretensões profissionais. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v.15, n.31, p. 335-348, jul./dez.2013.

RESUMO: Este artigo propõe-se a analisar os fluxos migratórios, as experiências e as pretensões profissionais dos jovens inscritos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, na modalidade Projovem Trabalhador, na mesorregião Oeste do estado de Santa Catarina a partir da base de dados do SINE/SC, onde consta o cadastro de 4.300 jovens, com idades entre 17 e 30 anos. A discussão proposta é a de problematizar a questão migratória para além da noção de poder ‘atrativo’, como sustentam alguns autores, e apreendê-la como expressão de uma intensificação da precariedade no local de origem, que impele estes jovens, acompanhados ou não de suas famílias, a buscar oportunidades de trabalho mesmo em polos saturados. Os resultados do estudo indicam que estes jovens migram e ‘escolhem’ aquilo que lhes parece mais próximo, dito de outra forma, suas pretensões não se distanciam de suas experiências.

PALAVRAS-CHAVE: Projovem Trabalhador. Migração. Precariedade. Experiência profissional.

ABSTRACT: This article proposes to analyse the migratory flows, the experiences and professional pretensions of the young people enrolled in the Nacional Programme of Youth Inclusion – Projovem, in modality Projovem Worker, in the West region of the State of Santa Catarina, from SINE/SC database, where is the official register of 4,300 young people, aged between 17 and 30 years. The discussion proposed is to problematize the migratory question beyond the notion of attractive power, as sustain some authors, and apprehend it as an expression of an intensification of precariousness in the place of origin, which impels these young people, accompanied by their families or not, to seek job opportunities in saturated poles. The results of the study indicate that these young people migrate and choose what seem closest, to put it another way, the pretensions of these young people do not distance themselves from their experiences.

KEY WORDS: Projovem Worker. Migration. Precariousness. Professional experience.

*Licenciado em Pedagogia. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação/CED/UFSC gilrassico@gmail.com

**Doutora em Educação pela UFSC. Professora Associada no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Departamento de Ciências Humanas (DCH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). marileiamaria@hotmail.com

1 No estado de Santa Catarina foram inscritos 4.300 jovens no programa Projovem-trabalhador, contudo, nossas análises baseiam-se nos 432 jovens inscritos na mesorregião oeste catarinense.

2 Os dados foram obtidos junto ao SINE (Sistema Nacional de Emprego) de Santa Catarina.

3 O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Projovem Urbano pela Secretaria-Geral da Presidência da República, o Projovem Campo - Saberes da Terra pelo Ministério da Educação e o Projovem Trabalhador pelo Ministério do Trabalho e Emprego. BRASIL. Lei nº 11.662 de 10 de junho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm. Acesso em 10 de novembro de 2011.

4 Na submodalidade Empreendedorismo Juvenil podem participar os jovens que estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior.

5 BRASIL, Decreto nº 6.629 de 04 de novembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6629.htm. Acesso em 21 de junho de 2012.18:12:28.

INTRODUÇÃO

Até meados da segunda metade do século XX a migração no Brasil seguia o fluxo rural-urbano, principalmente para a região sudeste que concentrava a base produtiva nacional. A explicação para este movimento migratório tinha como sustentáculo a ideia de polos atrativos, ou seja, a concentração da base produtiva atraía pessoas de outras regiões. Em Santa Catarina, Estado alvo de nossa análise, de acordo com Filho (2002), entre 1880 e 1945 foram os anos de origem e crescimento do capital industrial, sendo que de 1945 até 1962 a indústria catarinense foi marcada pela diversificação e ampliação da base produtiva. E da década de 1960 até os anos de 1990 se consolidou. Com a abertura econômica a partir dos anos de 1990 as indústrias se abrem para o capital internacional.

O presente artigo tem esse contexto como base e a proposta é analisar os fluxos migratórios atuais na mesorregião Oeste do Estado de Santa Catarina, bem como as ocupações e pretensões profissionais dos jovens mediante o exame de uma amostra composta pela ficha cadastral de 4.300 jovens¹, entre 17 e 30 anos, inscritos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, na modalidade Projovem Trabalhador, entre 2010 e 2011². O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, regido a partir de 1º de janeiro de 2008 pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, e regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008, é composto por quatro modalidades, a saber: Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; Projovem Urbano; Projovem Campo Saberes da Terra e Projovem Trabalhador. O Programa destina-se aos jovens entre 15 a 29 anos, com o propósito de reintegrar ao processo educacional, bem como promover sua qualificação profissional e o desenvolvimento humano (Brasil, 2008a)³. A modalidade Projovem Trabalhador, foco de nosso interesse, segundo o Art. 37

tem como objetivo preparar o jovem para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho” (Brasil, 2008b).

Esta modalidade divide-se em quatro submodalidades: Consórcio Social da Juventude; Juventude Cidadã; Escola de Fábrica e Empreendedorismo Juvenil. Os requisitos para o ingresso são: faixa-etária de 18 a 29 anos, possuir um renda *per capita* de até um salário mínimo e estar “cursando ou tenha concluído o ensino fundamental; cursando ou tenha concluído o ensino médio, e não esteja cursando ou não tenha concluído o ensino superior⁴” (Brasil, 2008b)⁵.

Os jovens inscritos no Projovem Trabalhador recebem um auxílio financeiro de R\$ 600,00, divididos em 06 parcelas de R\$ 100,00. Devem frequentar um curso de qualificação social e profissional com carga horária de trezentas e cinquenta horas, sendo obrigatória a frequência mínima de 75%. Cabe ainda ressaltar que as entidades responsáveis por qualificar estes jovens foram selecionadas mediante chamada pública e o governo exige que 30% dos jovens inscritos no programa sejam encaminhados (sob as mais variadas formas: estágios, aprendizes, contratos ou carteira assinada) ao mercado de trabalho, conforme estabelece o Art. 46.: “[...]fica estabelecida a meta mínima de trinta por cento” (Brasil, 2008b).

Além da análise de uma amostra dos inscritos no Projovem Trabalhador/SC, realizamos oito entrevistas com jovens durante a pesquisa “inserção profissional dos egressos do Projovem-Trabalhador”⁶, em duas cidades catarinenses, buscando problematizar a questão migratória não como originada pelo poder ‘atrativo’, como sustentam alguns autores, dentre os quais Turnes (2008), e sim como expressão de um aumento da precariedade em seu local de origem, que impele estes jovens, acompanhados ou não de suas famílias, a buscar, mesmo em polos saturados, ‘oportunidades’ não possíveis em seu local de origem. O que nos leva a seguinte hipótese: estes jovens migram e ‘escolhem’ aquilo que lhes configuram mais ao alcance. Dito de outra forma, suas pretensões não se distanciam de suas experiências, configurando assim, conforme aponta Silva (2012, p.105) “uma circularidade prescrita pela precariedade”.

BREVE HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

De acordo com a definição do IBGE⁷, o Estado de Santa Catarina é dividido em seis mesorregiões, a saber: Oeste (01); Norte (02); Serrana (03); Vale do Itajaí (04); Litoral (05) e Sul (06). A mesorregião oeste é formada por 117 municípios, agrupados nas cinco microrregiões, quais sejam: Xanxerê, Joaçaba, Chapecó, São Miguel do Oeste e Concórdia. A população da região Oeste, de acordo com o Censo 2010, é de 1.200.712 habitantes⁸, o que corresponde a 19,2% da população estadual, sendo que a população da microrregião de Chapecó é a mais populosa da mesorregião oeste catarinense, registrando 405.066 mil habitantes⁹.

A ocupação do oeste catarinense teve início com a colônia militar de Chapecó no ano de 1882. Contudo, a demarcação territorial da região ocorreu após o conflito diplomático envolvendo o Brasil e a Argentina, conhecida como a questão das Palmas (Filho, 2002). No ano de 1910 o truste canadense, capitaneado por Percival Farquahr junto aos governos locais, inaugura a estrada de ferro – cortando longitudinalmente a região oeste – ligando os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Grandes extensões de terra

6 Pesquisa realizada em março de 2012, sob a coordenação de Mariléia Maria da Silva e dos bolsistas Pâmela Jung e Valdeci Reis. A Pesquisa obteve recursos da FAPESC.

7 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

8 Boletim Regional do Mercado de Trabalho. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação Sistema Nacional de Emprego. Série 2003, nº 03, Mesorregião oeste catarinense.

9 Idem⁶



são incorporadas à ferrovia e assim indígenas e caboclos foram expropriados e vastas extensões de terra acabam por ser incorporadas ao capital, uma vez que a

terra é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto, fonte de acumulação capitalista. As fronteiras do oeste têm uma ligação direta entre o capital industrial e o capital mercantil – o primeiro representado pela ferrovia e o segundo pela companhias colonizadoras¹⁰ – que atuavam de comum acordo, no sentido de buscarem a valorização máxima do capital, utilizando a terra como fonte de acumulação (Filho, 2002, p. 983).

10 Destaque no original.

E são justamente essas companhias colonizadoras as responsáveis pela ocupação da região oeste. De acordo com Filho (2002), a ocupação do oeste faz parte da segunda onda migratória no estado catarinense – a primeira diz respeito à ocupação no Vale do Itajaí e regiões norte e sul. No oeste, segundo o autor, a colonização é baseada no sistema colônia-venda de pequenas propriedades “por imigrantes ítalo e teuto-brasileiro do Rio Grande do Sul – por volta de – 1916 é que a região, efetivamente, passou a ter um destaque econômico mais expressivo” (Filho, 2002, p. 981). Este movimento migratório em direção a fronteira agrícola no oeste catarinense se estendeu até a década de 1970 “cujo processo de expansão já dava sinais de esgotamento a partir de meados dos anos 60” (Ferrari, 2003, p.27). O impulso inicial da economia apoiou-se na extração de madeira, da erva-mate, de atividades agrícolas voltadas à subsistência e da venda de excedentes. Em pouco tempo desenvolveu-se um mercado interno na região marcado, sobretudo, pelas atividades comerciais e manufactureiras, que se integraram ao mercado nacional por intermédio da ferrovia (Filho, 2002).

A diversificação da base industrial no oeste catarinense é oriunda da transformação do complexo agrocomercial – da pequena produção mercantil – para o complexo agroindustrial. Essa transformação foi possível pela junção de alguns fatores: obras de infraestrutura executadas pelo estado; geração e distribuição mais uniforme de energia – a CELESC¹¹ foi criada em 1955; a oferta de crédito bancário com a criação do BRDE¹² em 1961 e em “1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural” (Ferrari, 2003, p. 31), responsáveis pelo alavancamento da industrialização da agricultura – principalmente na produção de suínos e aves – que teve apoio técnico e científico de centros de pesquisas como a EMBRAPA¹³, que com a expansão da produção de porcos e aves nas décadas de 1960 e 1970 justificou

a criação em 13 de junho de 1975 do Centro Nacional de Pesquisa de Suínos, destinado à pesquisa em suinocultura. Três anos depois, em 1978, o Centro recebeu também a incumbência da pesquisa em aves, passando a se chamar Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves, hoje denominado Embrapa Suínos e Aves¹⁴.

11 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

12 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

13 Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

14 Disponível em: < <http://www.cnpsa.embrapa.br/?ids=Sn4r807z> > Acessado em: 22 mai. 2013, às 14h50min.

Este movimento de transição iniciado na pequena propriedade para a agroindústria tem origem com a produção da “família rural como unidade organizadora do processo produtivo e do trabalho[...] base fundamental a partir da qual se construiu os alicerces do crescimento econômico no Oeste de Santa Catarina” (Ferrari, 2003, p. 32). Desse modo o

capital-dinheiro acumulado na esfera mercantil transformou-se em capital industrial, mesmo num processo lento de acumulação. A lenta acumulação da pequena produção mercantil foi acelerada quando o capital se engajou no ‘processo nacional de industrialização’ e no planejamento estadual, surgindo as grandes indústrias catarinenses. A grande empresa passou a subordinar o pequeno capital, num processo de complementaridade. É a pequena produção gerando as condições para a sua própria negação (Filho, 2002, p. 987).

Na década de 1980 houve mudanças no sistema de produção dos suínos que intensificaram a integração dos pequenos produtores, ou seja, a produção passa a ser integrada, resultando na diminuição do número de produtores.

O processo de modernização da agricultura, embora viesse ocorrendo desde meados da década de 1970, teve maior impulso no fim dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, com a abertura econômica. Naquele momento “a perda de renda e a exclusão dos agricultores familiares nesse período foi crescente” (Magalhães, 1997 apud Cepa¹⁵, 2003, p. 08). Tecnologias como a automação e ampliação das unidades, a adaptação às exigências do mercado consumidor, a questão da segurança alimentar, a restrição ao uso de antimicrobianos e, por fim, a proteção ambiental e conceitos de bem estar animal (Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Criação de Suínos, 2011, p. 06), foram medidas que ampliaram consideravelmente a produtividade da região, todavia, foram poucos os agricultores que conseguiram acompanhar esse ritmo de desenvolvimento e competitividade, agravando assim a qualidade de vida dos trabalhadores do campo. No entanto, estudos da Embrapa, como o citado a pouco, procuram inverter a situação, ou seja, dizem que a automação é uma necessidade devido ao fato de muitos habitantes da zona rural migrar para centros urbanos.

Estas medidas excluíram perto de 50 mil agricultores voltados às atividades ligadas aos suínos, além de excluir os agricultores descapitalizados, acarretando “o aumento da pobreza e a busca de outras oportunidades de trabalho e renda no campo ou na cidade” (Ferrari, 2003, p. 38). Atualmente, a reestruturação produtiva industrial do oeste catarinense segue o padrão internacional de produção, um exemplo candente pode ser observado com as fusões entre grandes indústrias, “como a criação – em 2009 – da Brasil

15 O Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa é um centro especializado em informação e planejamento para o desenvolvimento agrícola, pesqueiro e florestal de Santa Catarina, localizado junto à Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Foi criado e incorporado à Epagri em 22 de junho de 2005. Substitui o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Instituto Cepa/SC), em decorrência das ações da reforma administrativa do governo de Santa Catarina, mantendo os serviços e projetos realizados até então. A instituição que deu origem ao CEPA foi criada em 1975 como Comissão Estadual de Planejamento Agrícola e transformado em Instituto Cepa/SC em 1982, sendo vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Atuou por 30 anos nas áreas de informação e planejamento para a agricultura catarinense. Disponível em: < <http://cepa.epagri.sc.gov.br/> > Acessado em: 22 mai. 2013, às 14h50min.

16 Criada em 1944, a Sadia em 2009 associou-se à Perdigão, dando origem à BRFOODS (A BRF S.A. é uma sociedade brasileira de capital aberto. Disponível em: < <http://www.sadia.com.br/sobre-a-sadia/> > Acessado em: 10 jul. De 2013 – 15h55min.

17 Criada em 1934, a Perdigão em 2009 associou-se à Sadia, dando origem à BRFOODS (A BRF S.A. é uma sociedade brasileira de capital aberto. Disponível em: <http://www.perdigao.com.br/sobre-a-perdigao/> Acessado em: 12 jul. De 2013 – 15h29min.

18 No ano de 1969, em assembléia com feito oficial de constituir uma sociedade cooperativa, 18 homens, representando oito cooperativas do Oeste de Santa Catarina, se unem para formar a Cooperativa Central Aurora Alimentos. Disponível em: http://www.auroraalimentos.com.br/br/aurora_historico.php Acessado em: 15 jul. De 2013 – 15h55min.

19 Dado oriundo do RAIS/MTE, presente no trabalho ROSSI, G. F. S. As transformações recentes na economia brasileira e suas implicações sobre o setor agroindustrial: um estudo sobre o comportamento do emprego nas agroindústrias de abate e processamento de carnes de Santa Catarina no período 2000 – 2010. Florianópolis, 2011;

Foods, resultante da fusão entre as duas maiores empresas nacionais: Sadia¹⁶ e Perdigão¹⁷” (Rossi, 2011, p. 54).

Além das constatações acima mencionadas, atualmente o número de empregados e desempregados na agroindústria varia conforme o volume exportado,

a agroindústria de suínos e aves, distribuída no “grande oeste”, alegou a necessidade de adequação à conjuntura adversa para desativar várias unidades de processamento, o que resultou, além de férias coletivas, em numerosas demissões. De fato, afetadas pelo desaquecimento das exportações – empresas desse setor figuraram entre as mais atingidas pelo encolhimento nas exportações provocado pelas dificuldades de acesso ao crédito e pelo declínio na demanda mundial –, Sadia, Perdigão e Aurora¹⁸ tomaram medidas que repercutiram em Santa Catarina e também em outros estados onde possuem instalações (Lins, 2009 apud Rossi, 2011, p. 64).

Ainda de acordo com Rossi (2011), sobre as condições impostas aos trabalhadores das indústrias de carnes no oeste catarinense pós-reestruturação, verificou-se:

o aumento das exigências física e mental dos operários na linha de produção, causado pela automação/informatização, a redução de níveis hierárquicos e disseminação de programas de erradicação do analfabetismo e/ou desligamento de funcionários sem qualificação mínima exigida (Cardoso, 2004 apud Rossi, 2011, p. 59/60).

No que diz respeito à questão de gênero, a participação feminina no mercado agroindustrial aumentou de 33,49% no ano 2000, para 51,07% em 2010¹⁹. A participação feminina também é evidente nos dados de nossa pesquisa, o percentual de mulheres inscritas no Programa Projovem-trabalhador/SC representa 76,92%, o que corresponde a 380 jovens dos 432 inscritos na mesorregião oeste.

Esta sumária exposição não teve a intenção de esgotar os aspectos da mesorregião oeste como um todo, mas tão situar o leitor na complexidade que envolve o tema da migração e condições de trabalho na atualidade.

DADOS GERAIS SOBRE OS JOVENS INSCRITOS NO PROGRAMA PROJOVEM-TRABALHADOR NA MESORREGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA.

Nesta seção abordaremos o movimento migratório dos jovens inscritos da mesorregião oeste do Programa Projovem-trabalhador/SC, bem como sua situação no mercado de trabalho e escolaridade. Na mesorregião oeste foram inscritos 432 jovens com idade entre 17 e 29 anos. Destes, 61,75% não são migrantes, ou seja, nasceram e permanecem no município de nascimento, e 38,43% são mi-

grantes. Daqueles que migraram, 18,28% são migrantes intra-mesorregião oeste, 18,05% são migrantes interestaduais, 1,62% são migrantes inter-mesorregião e 0,46% são imigrantes oriundos do Paraguai

Entre os migrantes interestaduais, 37 são paranaenses, 24 gaúchos, 06 paulistas, 04 mato-grossenses, 02 mineiros, 01 goiano, 01 fluminense, 01 paraibano, 01 paraense e 01 baiano. Conforme escrito anteriormente, a mesorregião oeste é composta por cinco microrregiões, todas registram inscrições, conforme nos mostra a tabela abaixo:

Tabela 1. Inscritos por microrregião no Projovem trabalhador em SC (2010/2011)

Microrregião	Nº	%
Concórdia	120	27,77
Xanxerê	87	25
Joaçaba	44	20,13
Chapecó	57	13,19
São Miguel do Oeste	40	9,25

Fonte: SINE/SC, 2011. Adaptação própria.

Ao analisar separadamente os dados dos migrantes e dos não migrantes na região oeste, constatamos que não existem diferenças substanciais entre os jovens inscritos no programa Projovem-trabalhador no que tange a escolaridade, situação na família, situação no mercado de trabalho e renda. Sobre a situação no mercado de trabalho constata-se que a porcentagem de desempregados/requerentes/procuram primeiro emprego é praticamente idêntica: 88,55% entre os migrantes e 85,71 para os não migrantes. O mesmo acontece com a renda familiar, que não passa dos R\$ 600,00 mensais para ambos.

Outro ponto importante – porém não esmiuçado neste artigo – refere-se ao aumento do fluxo migratório do sexo feminino. Dos migrantes, 75,30% são mulheres. Este movimento é apontado nos artigos de Dedecca e Cunha (2004), Turnes (2008) e Herédia e Oliveira (2009). Segundo essas últimas autoras, este movimento migratório das mulheres “nos mostra uma alteração nas experiências migratórias anteriores, quando o homem migrava antes da família em busca de garantias de emprego para, depois, migrar a família” (2009, p. 05).

O estudo aqui proposto não visa analisar as condições dos jovens inscritos pelo recorte migrante/não migrante ou pelo gênero, contudo, essa breve análise se fez pertinente para confirmar que entre os jovens inscritos, sejam homens ou mulheres, migrantes ou não, as condições materiais, econômicas e sociais são muito semelhantes. Portanto, são trabalhadoras e trabalhadores, a classe dos que vivem do trabalho (Antunes, 2000). Entre todos os inscritos na mesorregião oeste, a situação no mercado de trabalho se configura de acordo com a tabela 2.

Tabela 2. Situação no mercado de trabalho entre os inscritos no Projovem trabalhador em SC na mesorregião oeste (2010/2011).

Situação no mercado de trabalho	Nº	%
Desempregados/requerentes/procuram Primeiro Emprego	375	86,80
Trabalhadores assalariados (CTPS)	56	12,96
Estagiário	1	0,23

Fonte: SINE/SC, 2011. Adaptação própria.

Apesar do alto índice de desempregados, 86,80% dos inscritos na mesorregião oeste, cerca de 51,62% dos jovens afirmaram contribuir com a renda familiar ou ser dela arri-mo/chefe, conforme explicita a tabela 3.

Tabela 3. Situação na família entre os inscritos no Projovem trabalhador em SC na mesorregião oeste (2010/2011).

Situação na família	Nº	%
Dependente	209	48,37
Compõe a renda familiar	179	41,43
Arrimo/chefe de família	44	10,81

Fonte: SINE/SC, 2011. Adaptação própria.

Conforme visto na tabela 2, 86,80% dos inscritos estão desempregados, são requerentes ou procuram o primeiro emprego²⁰ No entanto, de acordo com a tabela 3, 57,83% afirmaram compor a renda familiar ou ser dela arri-mo/chefe de família.

Esses números nos permitem fazer algumas consi-derações, quais sejam: 86,80% dos jovens inscritos estão fora do mercado de trabalho formal, destes, 48,37% são dependentes. Ao realizar esta equação, subtraindo do nú-mero de desempregados àqueles que são dependentes, res-tam 38,42% de jovens inscritos que estão desempregados e contribuem de alguma forma com a renda familiar. A renda média familiar dos inscritos no programa Projovem-traba-lhador no oeste de Santa Catarina é de R\$ 559,50. Porém, a maioria (65,74%) não informou a renda. Nesse sentido é importante retomar os dados do número de desemprega-dos – tabela 01– e da condição na família – tabela 3 – para observar que cerca de 40% dos jovens inscritos trabalham no mercado informal, realizam ‘bicos’ ou executam algum trabalho sem nenhum direito trabalhista assegurado. Daí talvez advenha o alto índice de inscritos que não responde-ram sobre a renda mensal familiar, ou seja, o fato de não informarem a renda pode ser entendido pela sazonalidade dos trabalhos realizados, o que na maior parte das vezes não permite ao trabalhador ter uma renda constante.

A escolaridade dos jovens inscritos na região oeste apresenta os seguintes números: 211 concluíram o ensino médio completo, 85 possuem o ensino médio incompleto, 69 concluíram o ensino fundamental, 32 possuem o ensi-no fundamental incompleto, 20 possuem o ensino superior

20 No cadastro do SINE/SC constam as seguintes categorias para aqueles que estão supostamente fora do mercado de trabalho, quais sejam: Procura Primeiro Emprego, requerente e desempregado. Optamos por agrupá-las na categoria de desempregados, uma vez que os que responderam dentro destas categorias estão fora do mercado de trabalho formalizado.

incompleto, 06 concluíram o ensino superior e 04 são analfabetos. De acordo com a tabela 4, é possível observar que 90% dos jovens concluíram o ensino fundamental. O ensino médio, por sua vez, apresenta quase 49% de conclusão.

Tabela 4. Escolaridade entre os inscritos no Projovem trabalhador em SC na mesorregião oeste (2010/2011)

Escolaridade	Nº	%
Ensino médio completo	211	48,37
Ensino médio incompleto	85	41,43
Ensino fundamental completo	69	10,81
Ensino fundamental incompleto	32	7,40%
Ensino superior incompleto	20	4,62%
Ensino superior completo	06	1,38%
Analfabetos	04	0,92%

Fonte: SINE/SC, 2011. Adaptação própria.

A migração originada por fatores *push* e *pull* (Turnes, 2008) ou polos atrativos, não se aplica aos jovens inscritos no programa Projovem-trabalhador/SC. Um exemplo candente é ilustrado pela entrevista de Graciele²¹, natural de Porto União/SC, quando esta afirma que foi para Rio do Sul trabalhar numa malharia “pra ver se melhorava um pouquinho de vida né, acabou não dando certo e a gente acabou voltando”²². O mudar ‘um pouquinho de vida’ significa, nas palavras de Graciele, ter “uma casa, um lugarzinho[...] e não ter que morar com a sogra”²³. Sua motivação para sair de seu município de origem não se deu por fatores atrativos no município vizinho e sim pela precariedade no município onde vivia. A tentativa de ‘mudar um pouquinho de vida’ logo se desfez, e o morar com a sogra foi a solução encontrada para economizar no aluguel.

AS EXPERIÊNCIAS E PRETENSÕES OCUPACIONAIS DOS JOVENS INSCRITOS NA MESORREGIÃO OESTE CATARINENSE PELO RECORTE DAS MICRORREGIÕES.

Nesta seção procuramos demonstrar as experiências profissionais e as pretensões ocupacionais dos jovens inscritos na mesorregião oeste catarinense

Tabela 5. Experiências profissionais/ocupacionais x Pretensão ocupacional da mesorregião oeste em sua totalidade.

Experiências profissionais	Nº	Pretensão Ocupacional	Nº
Linha de produção	36	Linha de produção	111
Balconista/atendente	24	Balconista/atendente	65
Serviços gerais	23	Serviços gerais	64
Abatedor	22	Auxiliar administrativo	61
Embalador	14	Vendedor	52
Auxiliar Administrativo	13	Recepcionista	24
Vendedor	13	Babá	24
Ajudante geral	12	Cozinha	20
Agricultura	07	Guia de Turismo	15
Caixa	05	Abatedor	12

Fonte: SINE/SC, 2011. Adaptação própria.

21 Nome fictício.

22 Entrevista realizada em 01 de julho de 2011.

23 Idem.

Com base nos dados da tabela 5, podemos tirar algumas conclusões, quais sejam:

a) das 10 experiências profissionais citadas, seis se repetem nas pretensões, sendo que as três primeiras experiências profissionais não se alteram no quadro de pretensões ocupacionais. Isso reafirma nossa hipótese da “circularidade prescrita pela precariedade” (Silva, 2012, p.105). Ou seja, as pretensões não se diferenciam das ocupações anteriores e, quando estas se diferenciam, como no caso de ocupações no setor industrial e pretensões no setor de serviços, ocorre devido a possibilidades factíveis. Caso notório ocorre no município de Pinhalzinho;

b) no quadro das experiências profissionais, cinco delas se concentram no setor secundário, quatro no setor terciário e uma no setor primário. No quadro das pretensões, observa-se que no setor secundário se concentram oito pretensões e duas no setor terciário. O que nos permite elaborar a seguinte hipótese: com as grandes fusões, com o implemento de novas tecnologias e gestão e com a produção integrada, o número de trabalhadores no setor industrial acaba sendo reduzido e, conseqüentemente, aumenta o número de trabalhadores disponíveis para atuar no setor de serviços – setor responsável por 51% do PIB da mesorregião oeste²⁴;

c) A profissão de abatedor – a quarta mais citada experiência profissional – aparece como última pretensão mais citada no quadro das pretensões. No caso da microrregião de Xanxerê, torna-se mais aguda essa situação, pois conforme se vê na tabela a seguir, a ocupação de abatedor, a segunda mais citada, não aparece na lista de pretensões.

Tabela 6. Experiências profissionais e Pretensões ocupacionais dos inscritos na microrregião de Xanxerê.

Experiências profissionais	Nº	Pretensão ocupacional	Nº
Linha de produção	12	Linha de Produção	33
Abatedor	07	Auxiliar Administrativo	33
Balconista/atendente	07	Vendedor	21
Auxiliar Administrativo	04	Serviços gerais	13
Costureira	04	Balconista/atendente	13
Serviços gerais	04	Recepcionista	13

Fonte: SINE/SC, 2011. Adaptação própria.

Isso significa e reafirma a hipótese acima sobre o fechamento de postos nas indústrias e a disponibilização desse contingente para outras áreas de trabalho. Movimento verificado na produção integrada dos suínos e aves, que aumenta a produtividade com o implemento de tecnologias, expulsando os produtores descapitalizados e os trabalhado-

24 Disponível em: < <http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/BOLETIM-REGIONAL-Oeste2013.pdf> >. Acessado em: 10 mai. 2013, às 16h36min. Boletim Regional do Mercado de Trabalho. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação Sistema Nacional de Emprego. Série 2003, n 03, p. 06.

res dispensados dos frigoríficos. Tal situação é perceptível no momento em que o trabalhador, ao indicar suas pretensões ocupacionais em postos como o SINE/SC, aponte para possibilidades ‘viáveis’, geralmente no setor de serviços.

Um indício desta hipótese ocorre no município de Palmitos – microrregião de Chapecó – no qual aparecem 18 pretensões ocupacionais como guia de turismo. Porém, conforme se vê na tabela 7, a experiência ocupacional na área do turismo sequer é citada, tendo em primeiro lugar a ocupação de embalador a mão e linha de produção, ou seja, ocupações no setor industrial. Ocupações estas que, ainda que permaneçam nas pretensões, ocupam lugares abaixo das experiências profissionais.

Tabela 7. Experiências profissionais e Pretensões ocupacionais dos inscritos na microrregião de Chapecó.

Experiências profissionais	Nº	Pretensão ocupacional	Nº
Embalador a mão	09	Guia de turismo	18
Linha de produção	05	Linha de produção	13
Abatedor	03	Embalador a mão	10
Costureira	02	Auxiliar administrativo	08
Serviços gerais	02	Costureira	06
Pedreiro	02	Balconista/atendente	06

Fonte: SINE/SC. Adaptação própria.

Seguindo a hipótese levantada, verificam-se as experiências no setor industrial e as pretensões no setor de serviços em quatro das cinco microrregiões da mesorregião oeste. Este movimento encontra arrimo nos estudos presentes no Boletim Regional do Oeste Catarinense (2013). De acordo com o referido documento, o setor de serviços saltou de 44% da participação do PIB da região oeste durante os anos 2000-2004, para 51% a partir de 2007. O exemplo mais marcante da atuação no setor de serviços, presentes nas experiências e pretensões ocupacionais no setor de serviços, é a microrregião de São Miguel do Oeste. Nessa, tanto as experiências quanto as pretensões se concentram no setor de serviços, conforme aponta a tabela 8.

Tabela 8. Experiências profissionais e Pretensões ocupacionais dos inscritos na microrregião de São Miguel do Oeste.

Experiências profissionais	Nº	Pretensão ocupacional	Nº
Vendedor	03	Serviços gerais	16
Serviços gerais	02	Vendedor	11
Ajudante de cargas	02	Babá	09
Linha de produção/Agente administrativo	01	Recepcionista	06
Cozinha/Digitador/Caixa/	01	Empregada doméstica	05
Repositor/Agricultura/Recepcionista	01	Linha de produção/repositor	04

Fonte: SINE/SC, 2011. Adaptação própria.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo procuramos mostrar o movimento econômico da mesorregião oeste de Santa Catarina, da pequena propriedade colonial para o grande capital internacional e as tendências atuais das grandes fusões no setor agroindustrial. Dentro deste movimento histórico no desenvolvimento econômico e social da mesorregião oeste, é possível constatar as “expropriações secundárias” (Fontes, 2010, p. 44), dos agricultores e criadores descapitalizados. Segundo Fontes (2010, p.54), as expropriações secundárias se converteram “em nova – e fundamental – forma de exasperação da disponibilidade dos trabalhadores para o mercado, impondo novas condições e abrindo novos setores para a extração de mais-valor. Este último é o ponto dramático do processo”. Ainda, conforme a autora, é preciso atentar que “a autonomização da esfera econômica é a forma pela qual se obnubilam as relações sociais capitalistas” (p.21). Em outras palavras, o aumento da produtividade e dos lucros obtidos no setor agroindustrial, principalmente pelo implemento de novas tecnologias e de gestão, reduz o número de pequenos produtores – conforme apontam os dados do instituto CEPA –, expropriando aqueles que não acompanham o desenvolvimento tecnológico da produção integrada de suínos e aves, e assim dispensando tanto a força de trabalho nas indústrias como a de agricultores do campo.

Parte dessa força de trabalho ainda é absorvida pelo setor de serviços Já para os trabalhadores que não conseguem uma ocupação, a migração acaba sendo a alternativa mais viável de luta pela sobrevivência. Isso expõe ‘o círculo da precariedade’. Ou seja, os jovens excluídos – do campo ou das indústrias – são incluídos em condições mais precarizadas que a anterior, uma vez que deixam o campo por estarem descapitalizados e não conseguirem acompanhar as exigências tecnológicas, ou saem de empregos com direitos garantidos, como nas agroindústrias, para trabalharem no setor de serviços, geralmente em empregos sazonais – essa hipótese é corroborada pelo número de desempregados que contribuem para a renda familiar, conforme nos mostram os dados desta pesquisa. Em resumo, a trajetória desse jovem trabalhador configura-se da seguinte forma: possui experiência profissional no setor agroindustrial, mas apenas restou almejar trabalho no setor de serviços e, por fim, encontra-se desempregado e ainda contribuinte da renda familiar.

O ‘almejar’ do setor de serviços não ocorre por opção e sim como possibilidade imediata de venda de força de trabalho, uma vez que este setor é responsável por 51% do PIB da mesorregião oeste. Esse movimento nos mostra mais uma faceta das expropriações secundárias: os jovens trabalhadores da mesorregião oeste deixam postos de trabalho com direitos assegurados para ingressarem em for-

mas de venda de força de trabalho sem o amparo das leis trabalhistas. Os resultados destas expropriações aumentam a margem de lucros da extração de mais-valor por parte dos capitalistas funcionantes – já que se ‘livram’ dos encargos trabalhistas – sobre os trabalhadores, que para garantir sua sobrevivência imediata se veem forçados a realizar qualquer tipo de trabalho remunerado, mesmo sem direitos garantidos historicamente pela classe trabalhadora. Neste sentido, as expropriações secundárias se configuram como o dismantelamento de conquistas, tanto no campo dos direitos trabalhistas, como nos da saúde e da educação.

Acreditamos que os argumentos levantados com base nas experiências e pretensões ocupacionais dos jovens inscritos no programa Projovem-trabalhador na mesorregião oeste de Santa Catarina nos permite refutar a hipótese de “polos atrativos”. Termo que, ideologicamente, desloca a discussão sobre a dinâmica do capital e termina por reatualizar o mito da “terra prometida”. Quando o que na verdade ocorre é o trabalhador, como no caso de Graciele, sair de seu município de origem e ir buscar oportunidades em “polos saturados” reafirmando a hipótese da “circularidade prescrita pela precariedade” (Silva, 2012, p.105).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

CUNHA, Jose Marcos Pinto da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 19, n.4, p. 3-20, 2005.

DEDECCA, Claudio. Salvadori; CUNHA, Jose. Marcos. Pinto da. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. **Revista bras. Est. Pop.**, Campinas, Sp. v. 21, n. 1, p. 49-66, 2004.

TURNES, Valério Aécio. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, Sp, v. 4, p.155-194, 2008.

FERRARI, Dilvan. Luiz. **Agricultura Familiar, trabalho e desenvolvimento no oeste de Santa Catarina**. Campinas, SP, 2003.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 3. Ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; OLIVEIRA, Vania. Fluxos migratórios: efeitos de migrações internas no município de Caxias do Sul. In: REUNIÓN DE ANTROPOLOGIA DEL MERCOSUR - DIVERSIDADE Y PODER EM AMÉRICA LATINA., 8., 2009, Buenos Aires., **Anais Reunión de Antropología del MERCOSUR**. Buenos Aires: Unsam/idaes, 2009.

ROSSI, Giann Fabrizio Sell. **As transformações recentes na economia brasileira e suas implicações sobre o setor agroindustrial**: um estudo sobre o comportamento do emprego nas agroindústrias de abate e processamento de carnes de Santa Catarina no período 2000 – 2010. 2011. 83 f. Monografia (Especialização) - Curso de Economia, Departamento de Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Osvaldo Vieira dos; MARCONDES, Osvaldo Vieira dos Santos Tabajara; CORDEIRO, João Lari Félix. **Estudo da Cadeia do Leite em Santa Catarina**: Prospecção e Demanda. Florianópolis: Epagri/cepa, 2006. 55 p. Disponível em: <<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Estudo da Cadeia do leite.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

SANTOS, Leandro dos; ARUTO, Pietro Caldeirini. **Boletim Regional do Mercado de Trabalho. Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação Sistema Nacional de Emprego**. Florianópolis: Sine, 2003. (Série 2003, n 03). Disponível em: <<http://www.sst.sc.gov.br/sine/arquivos/BOLETIM-REGIONAL-Oeste2003.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.

SILVA, Marileia Maria da. Percursos profissionais e a justiça das Políticas Públicas de Inclusão e qualificação: o público alvo do Projovem Trabalhador. In: SILVA, Mariléia Maria da; EVANGELISTA, Olinda; QUARTIERO, Elisa Maria. **Jovens, trabalho e educação**: A conexão Subalterna de Formação para o capital. Campinas, Sp: Mercado de Letras, 2012. Cap. 2. p. 71-110.

TURNES, Valério Aécio. Reflexões sobre fluxos migratórios internos de populações no estado de Santa Catarina. **Revista Brasileira de gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, Sp, v. 4, p.155-194, 2008.